



História Unisinos

E-ISSN: 2236-1782

efleck@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

Bendicho Beired, José Luis

O hispano-americanismo historiográfico: Espanha e Americana perspectiva de Ricardo

Levene e Rafael Altamira

História Unisinos, vol. 13, núm. 1, enero-abril, 2009, pp. 43-53

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

São Leopoldo, Brasil

Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579866832002>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica

Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso abierto

O hispano-americanismo historiográfico: Espanha e América na perspectiva de Ricardo Levene e Rafael Altamira¹

The historiographic Hispano-Americanism: Spain and America in the perspective of Ricardo Levene and Rafael Altamira

José Luis Bendicho Beired²
jbbeired@assis.unesp.br

Resumo. Este artigo analisa como a história latino-americana foi interpretada por dois eminentes historiadores, o argentino Ricardo Levene e o espanhol Rafael Altamira. Discute-se como as trajetórias dessas duas figuras se cruzaram em função da defesa do hispano-americanismo como projeto político e horizonte interpretativo da história ibérica e americana.

Palavras-chave: hispano-americanismo, Ricardo Levene, Rafael Altamira.

Abstract. This article analyzes how Latin American history was interpreted by two eminent historians, the Argentine Ricardo Levene and the Spaniard Rafael Altamira. It discusses how their paths crossed in the advocacy of Hispano-Americanism as a political project and interpretive horizon of Iberian and American history.

Key words: Hispano-Americanism, Ricardo Levene, Rafael Altamira.

¹ Este trabalho foi elaborado com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Integra o Projeto Temático "Cultura e política nas Américas: circulação de idéias e configuração de identidades (séculos XIX e XX)", financiado pela FAPESP.

² Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor Assistente Doutor na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Assis).

³ A herança espanhola foi questionada, por exemplo, por figuras como Domingo Faustino Sarmiento, Juan María Gutierrez, Bartolomé Mitre, José Victorino Lastarria, Francisco Bilbao e José Luis Mora, entre outros. Dentre os que a consideravam positiva, vale citar, entre outros, Francisco Muñoz del Monte, José María Samper, Ricardo Palma, Paul Groussac, Rubén Darío e José Enrique Rodó.

No século XIX, os juízos negativos da herança espanhola na América tornaram-se dominantes nas interpretações da história latino-americana. Tratou-se de uma reação ao mesmo tempo política e cultural, resultante do impacto das guerras de independência e do processo de construção dos Estados Nacionais sobre um ambiente intelectual que se indagava a respeito da identidade dos povos americanos. Entretanto, apesar da independência dos domínios ultramarinos, as relações entre a Espanha e a América não só não desapareceram, como continuaram a ser um tópico importante da agenda política e intelectual dos dois lados do Atlântico. Exemplo disso foram as polémicas desenvolvidas em solo americano sobre a herança hispânica, realizadas em interação com o debate sobre os problemas e o futuro da América e da Península Ibérica³.

Por sua vez, assistiu-se na Espanha ao surgimento do pan-hispanismo, movimento em prol da unidade das nações de raiz hispânica, cujos ideais foram

sustentados por associações e órgãos de imprensa, num processo que envolveu tanto intelectuais quanto interesses políticos e empresariais. No final do século XIX, o interesse pela América foi uma das molas mestras do *regeneracionismo*, movimento de idéias cujos membros se debateram por encontrar a chave para a compreensão da crise da Espanha, identificada como um processo estrutural de decadência que poderia ser revertido mediante o estabelecimento de novos laços com as ex-colônias⁴. Por fim, o chamado “desastre de 1898” – representado pela perda de Cuba, Porto Rico e Filipinas – consagrou o *hispano-americanismo* como uma resposta ideológica destinada a reverter a decadência espanhola mediante a construção de uma comunidade hispânica transatlântica sob a liderança da “pátria mãe” (Gómez-Escalonilla e González Calleja, 1991; Niño Rodríguez, 1987; Perez Monfort, 1992). Para Angel Ganivet, diante das limitações econômicas da Espanha e da impossibilidade de formar uma confederação política de Estados hispano-americanos, o país deveria recobrar o seu lugar no mundo por meio da reivindicação do seu passado glorioso e o exercício de uma liderança intelectual e espiritual. O *hispano-americanismo* constituiu-se, portanto, num movimento de ideias que retomou e desenvolveu a tese da unidade hispânica, em função dos laços histórico-culturais que uniam a Península Ibérica e o espaço americano, cuja projeção futura deveria apontar para a reaproximação dos dois lados e o compartilhamento de um mesmo destino.

A interpretação do passado tornou-se um problema central para o hispano-americanismo, uma vez que a herança histórica constituía justamente o principal pilar de sustentação desse ideário. Em outros termos, a pertinência do projeto hispano-americanista residia na formulação de uma explicação histórica capaz de reivindicar positivamente o papel da Espanha na história e em especial sobre o espaço americano. A interpretação histórica, mobilizada por inúmeros historiadores e intelectuais dos dois lados do Atlântico a partir do final do século XIX, teve um papel decisivo na afirmação do hispano-americanismo, aspecto ainda subdimensionado pela historiografia.

A proposta deste artigo consiste exatamente discutir o papel do ideário hispano-americano em dois proeminentes historiadores, o espanhol Rafael Altamira (1866-1951) e o argentino Ricardo Levene (1885-1959), os quais, tanto em seus trabalhos quanto nas suas atividades como homens públicos, perseguiram a reavaliação do papel da Espanha na colonização

da América. Buscaremos compreendê-los no marco mais amplo das relações culturais entre a Espanha e a América Latina, com o objetivo de explicar o papel por eles desempenhado na criação e difusão do ideário hispano-americano, mediante o exame de algumas de suas obras, da sua inserção no campo historiográfico e na vida pública. Para além de uma história comparativa, pretendemos desenvolver uma abordagem que privilegie a circulação internacional das ideias, o que inclui o estudo dos agentes em suas conexões concretas, bem como dos contextos de produção e de recepção (Trebitsch, 1998).

Dois intelectuais espanhóis

Dois personagens foram emblemáticos por sua relevância no campo cultural, na promoção do hispano-americanismo e pelo antagonismo das suas posições políticas e ideológicas: o já mencionado Rafael Altamira, de perfil liberal, e Marcelino Menéndez y Pelayo, de posições católico-conservadoras. O historiador e crítico literário Marcelino Menéndez y Pelayo é considerado uma figura decisiva da reaproximação cultural entre os dois lados do Atlântico, por ter publicado na Espanha uma antologia de poetas hispano-americanos, como parte das comemorações do IV Centenário do Descobrimento da América. Segundo Carlos Rama, representou a admissão oficial da Espanha de que na América também havia criadores originais e para os hispano-americanos significou o reconhecimento da sua independência cultural (Rama, 1982, p. 328).

Apesar do reconhecimento das qualidades americanas, Menéndez y Pelayo não renunciou à perspectiva colonialista, transfigurada sob a forma de um “imperialismo pacífico” e da “unidade de raça”, os quais, enunciados no final da década de 1860, persistiriam ao longo do século XX como uma das marcas do hispano-americanismo conservador (Rama, 1982, p. 330). Ele se destacou por produzir um peculiar cruzamento desse ideário com o catolicismo e o tradicionalismo, que o transformou na principal referência intelectual para a extrema-direita espanhola do século XX. Menéndez y Pelayo realizou na sua forma mais acabada o mito historiográfico nacional-católico de interpretação da história espanhola, construindo uma visão do passado que se tornou uma matriz da historiografia conservadora.

A formulação de Menéndez y Pelayo era uma resposta às mudanças políticas em curso. As transformações do século XIX repercutiram na fundamentação

⁴ Essa corrente foi integrada por figuras como Angel Ganivet, Miguel de Unamuno, Joaquín Costa, Ricardo Macías Picavea, Luis Morote e Ramiro de Maeztu, além de Rafael Altamira.

do poder dos Estados europeus mediante a passagem da *legitimidade dinástica*, para a legitimidade baseada na *soberania nacional*, a qual passou a ser a expressão política de uma nova entidade, a *nação*, enquanto expressão coletiva da soberania popular. Os efeitos sobre o discurso histórico foram igualmente revolucionários, pois a nação passou a constituir o eixo explicativo do processo histórico em substituição à narrativa centrada na trajetória das dinastias. Os historiadores liberais foram os primeiros a reescrever a história espanhola de acordo com as novas exigências do presente, seguidos pelos seus congêneres católico-conservadores que se viram obrigados a reformular sua visão histórica, como condição para a sobrevivência de sua corrente ideológica no mundo contemporâneo (Junco, 2001, p. 844). Como em tal reelaboração o problema central consistia no encontro do catolicismo com a nação, os conservadores desenvolveram a tese de que o catolicismo era o principal fundamento da unidade da nação espanhola.

Por sua vez, Rafael Altamira foi um dos principais representantes do regeneracionismo liberal para a promoção do hispano-americanismo. O seu programa para a solução do “problema espanhol” passava, por um lado, pela reforma do ensino e pela difusão da cultura técnica entre o povo; e, por outro, pela reaproximação com a América, que num primeiro momento teria caráter cultural, científico e diplomático, para então passar ao plano das relações econômicas. A perspectiva hispano-americanista de Altamira desenvolveu-se a partir das comemorações oficiais do IV Centenário do Descobrimento da América, quando entrou em contato com historiadores de diversos países americanos no Congresso Hispano-Americano e Português em Madrid; pouco depois, em 1895, criava a *Revista Crítica de Historia y Literatura Españolas, Portuguesas e Hispano-americanas*, com o intuito de promover a aproximação entre os espaços ibérico e americano. Em 1909, indicado pelo reitor da Universidade de Oviedo, partiu para uma missão na América destinada a estabelecer relações com universidades e centros culturais e científicos de diversos países. A iniciativa desenrolou-se com grande sucesso na América e mereceu muitos elogios na Espanha, a ponto de transformar-se num dos marcos da história das relações culturais entre os dois lados do Atlântico. A convite da Universidade de La Plata, na Argentina, Altamira ministrou um curso de três meses como marco de fundação dos estudos históricos nessa instituição. Em seguida, percorreu diversos países latino-americanos e foi aos Estados Unidos a convite da Associação Histórica Americana, num périplo em que proferiu dezenas de conferências e estabeleceu contatos com renomados intelectuais e personalidades políticas.

No início do século XX, Altamira já era uma figura conhecida na Argentina não apenas por suas obras, mas também por sua participação como colunista da revista *España*, publicação portenha da Associação Patriótica Espanhola, à qual ele havia sido incorporado como correspondente a partir de 1904. A Associação era uma entidade criada durante a guerra de independência de Cuba que congregava os setores mais influentes da comunidade de imigrantes espanhóis na Argentina em torno da defesa dos interesses espanhóis e do estreitamento das relações hispano-argentinas. A excelente qualidade gráfica da revista e a cuidadosa política editorial refletiam o *status* dos seus patrocinadores, assim como a pretensão – realizada – de alcançar não somente a comunidade de imigrantes, mas também setores mais amplos da opinião pública.

Pouco antes de vir à América, publicou *España en América* (Altamira, 1908), no qual desenvolveu um diagnóstico do estado das relações entre os dois lados do Atlântico acompanhado de um minucioso programa destinado à sua reativação. No livro, assinalava a escassa influência de escritores e cientistas espanhóis sobre os hispano-americanos, a falta de uma corrente de opinião pública que conferisse relevância às relações culturais entre a Espanha e a América, paralelamente à crescente influência de outros países: Estados Unidos, França, Alemanha e Itália. Mostrava-se especialmente temeroso do avanço organizado dos Estados Unidos no espaço cultural e científico hispano-americano, como evidenciava sua análise de uma palestra realizada durante a 9ª Conferência Anual das Associações das Universidades Americanas, cujo tema era “Possibilidades de cooperação intelectual entre os Estados Unidos e a América Latina”. Embora não nutrisse posições xenófobas em relação aos Estados Unidos, Altamira via nas suas iniciativas um risco para a “civilização espanhola”. Para ele, a retomada da influência da Espanha sobre a América deveria apoiar-se em três bases: na comunidade de espanhóis emigrados, na preservação do idioma e na *influência intelectual*, cujos instrumentos deveriam ser a criação de instituições universitárias e de programas acadêmicos de intercâmbio, os quais acabaram por ser implementados pela Universidade de Oviedo e por vários governos espanhóis e latino-americanos.

O sucesso da *turnée* de Altamira repercutiu diretamente na criação do *Centro de Estudios Históricos*, vinculado à *Junta para la Ampliación de Estudios*, por decreto do rei Alfonso XIII, em 1910, com o expreso objetivo de fomentar as relações científicas e culturais entre a Espanha e a América. Por intermédio da *Junta*, foi implementado um programa orientado para a publicação de pesquisas e o intercâmbio de professores e estudantes universitários (Formentín Ibañez y Villegas, 1992, p. 48-53). Outra iniciativa significativa foi a criação da *Institución Cultural*

Española de Buenos Aires, em 1914, como tributo à morte de Marcelino Menéndez y Pelayo ocorrida dois anos antes. A associação contou com o apoio da comunidade de imigrantes espanhóis de Buenos Aires, do embaixador da Espanha e de professores universitários que se uniram com o objetivo de difundir na pesquisas científicas e estudos espanhóis na Argentina. Para receber os professores da Espanha foi criada uma cátedra na Universidade de Buenos Aires, e foram promovidas diversas iniciativas para desenvolver o intercâmbio intelectual entre os dois países (Formentín Ibañez y Villegas, 1992, p. 92-93).

Na Argentina, um ambiente bastante favorável a tais iniciativas vinha se configurando de modo a favorecer a reversão do anti-hispanismo antes predominante. Para isso concorreu tanto o aporte migratório de espanhóis quanto a forte presença dos imigrantes em iniciativas editoriais e empresariais, assim como o crescente prestígio das organizações da coletividade espanhola na Argentina. Essa tendência foi fortemente impulsionada pela intervenção norte-americana na guerra de independência de Cuba, quando não só a comunidade de imigrantes espanhóis, mas também a maior parte da opinião pública argentina solidarizou-se com a Espanha. Depois disso, outras iniciativas dirigiram-se no sentido de afirmar a identidade comum entre a Argentina e a Espanha, das quais foram significativas as comemorações do centenário da independência em 1910, circunstância que contou com a visita da infanta Isabel da Espanha, e a criação do *Día de la Raza* pelo presidente Hipólito Yrigoyen em 1917.

A história na perspectiva de Altamira

Entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, Altamira foi um dos historiadores espanhóis de maior prestígio dentro e fora de seu país. Nos marcos do positivismo rankeano, escreveu diversas obras de história tais como *La enseñanza de la historia* (1891)⁵ e *Historia de España y de la civilización española* (1900-1914), além de outras sobre temas variados, a exemplo de *Psicología del pueblo español* (1902) e *España en América* (1908). Em suas obras, realizou uma síntese da historiografia e da sociologia positivistas com o krausismo, corrente filosófica de origem alemã que deitou fortes raízes na Espanha. Na sua perspectiva, o sujeito da história é um ator coletivo, por ele designado como “persona social”. Em outros termos, compartilhando uma visão historicista, é a nação,

ou seja, uma coletividade dotada de um caráter peculiar revelado pelas leis, moral, religião e arte. Apoiava-se no historiador alemão Ernst Bernheim, que propunha ser a história “um desenvolvimento ascendente, contínuo e cumulativo das energias e qualidades de um sujeito social” (Fox, 1998, p. 51).

A seguir, analisaremos a sua interpretação da história americana e das relações hispano-americanas com base no *Manual de Historia de España* (Altamira, 1934) e em *Histoire d’Espagne* (Altamira, 1931). Altamira sustentava uma visão muito positiva das relações entre a Espanha e a América desde a época da conquista, mediante a exposição de um inventário das contribuições – sempre positivas – da civilização espanhola para a história americana. Tomando como comparação empreendimentos coloniais de outras potências, afirmava que as autoridades espanholas tinham por objetivo não apenas conquistar, mas colonizar e civilizar. Nesse sentido, definia como admirável a obra da Espanha tangente à organização do governo, à colonização e à civilização, a qual teria tido dois objetivos principais: a conversão dos índios ao cristianismo e a difusão da cultura espanhola (Altamira, 1934, p. 428). Tratava-se de uma perspectiva em que se colocava de forma clara a concepção liberal de Altamira, segundo a qual a Espanha tinha sido uma potência colonial “branda”, fator de civilização e progresso, apesar dos inegáveis abusos cometidos contra os indígenas (Vélez, 2007, p. 203).

Exaltava o papel de Isabel de Castela por seu “grande coração e senso de justiça” em relação aos índios americanos. Pois, numa época em que era justo tomar os “povos bárbaros e selvagens” como escravos, ela dera ordens de libertar os índios levados por Colombo à Espanha para serem vendidos (Altamira, 1934, p. 317). Argumentava que tal disposição foi ampliada em 1526, tornando livres todos os índios, e que em seu testamento ela teria insistido que jamais fosse abandonada a proteção aos índios. Ao comparar a política religiosa da Espanha com a Inglaterra em relação às colônias, afirmava que não tinham sido diferentes, pois tanto a América do Norte como a América Espanhola teriam desconhecido a liberdade de consciência, de tal modo que não só justificava as situações de intolerância religiosa, como também minorava o papel da Inquisição.

Em relação à vida intelectual dos índios, assinalava a sua condição de homens livres, aos quais haviam sido destinados vários tipos de escolas, ao mesmo tempo em que elogiava a ação dos religiosos na organização das reduções. Afirmando a superioridade tecnológica euro-

⁵ Livro concebido nos marcos do positivismo, no qual se insistia na necessidade de estudar não só a história política (história exterior), mas também a história interior (arte, religião, costumes, organização econômica e social).

péia sobre os americanos, considerava ter sido necessário trazer métodos agrícolas e industriais europeus, assim como introduzir novas sementes, animais e instrumentos desconhecidos. Dessa forma, afirmava que 170 espécies de vegetais haviam sido introduzidos na América, ao passo que não mencionava nem um único exemplar americano dos muitos que enriqueceram os hábitos alimentares do velho mundo. Altamira desenvolve uma visão laudatória do colonialismo espanhol – “Espanha oferecera o que tinha de melhor” – ao lado da desconsideração das peculiaridades dos povos americanos de tal modo que apenas encontramos em sua abordagem contribuições numa só direção, da Península para a América. Os povos autóctones são analisados como desprovidos de qualquer papel relevante, cabendo-lhes apenas a tutela dos conquistadores, enquanto os problemas que porventura ele detecta durante o período colonial são explicados pela falta de rigor na observância das disposições oficiais espanholas. A colonização espanhola da América representava a eterna luta entre o egoísmo da maioria dos homens, de um lado, e o direito e os princípios da humanidade, cujos maiores paladinos teriam sido justamente os setores dirigentes espanhóis por meio da sua obstinação pelo cumprimento da legislação colonial (Altamira, 1931, p. 173-177).

Diante de um quadro tão otimista sobre o mundo colonial, como se posicionava ante o processo de independência? Considera-o legítimo tanto em função das “luzes” alcançadas pelos americanos quanto pela insuficiência das medidas do governo espanhol para reformar o regime colonial. Além disso, menciona como fatores os desacertos, abusos e anacronismo das autoridades espanholas e do clero. Apontava mesmo a falta de flexibilidade dos liberais espanhóis nas Cortes de Cádiz, que, apesar de acenarem com a plena igualdade de peninsulares e americanos, terminaram por aprovar uma constituição que discriminava os não-brancos e que estabelecia a representação desproporcional entre deputados espanhóis e americanos (Altamira, 1934, p. 498-500).

Coerentemente com a visão do regeneracionismo liberal, Altamira buscava realizar uma análise crítica do período da colonização espanhola que permitisse a valorização dos seus aspectos civilizatórios capazes de aproximar a Espanha e a América em torno de ideais modernizadores. Ainda que aos olhos atuais as afirmações de Altamira se afigurem como conservadoras e possam despertar polêmicas pela sua parcialidade em relação ao colonialismo, constituía uma visão progressista da história dentro do contexto espanhol. Por exemplo, em relação a

visão de Menéndez y Pelayo, para o qual a independência não fora uma revolução, mas uma reação tradicional aos invasores franceses. Enquanto Altamira valorizava os aspectos populares da história espanhola, a exemplo da revolta dos *comuneros* contra o absolutismo Habsburgo, Pelayo identificava integralmente a história espanhola com o catolicismo e encarava o período dessa dinastia como o mais esplendoroso do país. Ou seja, enquanto Menéndez y Pelayo buscava no passado uma essência a perpetuar as glórias pretéritas da Espanha imperial, Altamira buscava uma interpretação capaz de alimentar o projeto regeneracionista, embora reproduzindo um olhar imperial que conferia à Espanha um lugar de superioridade e de primazia em relação ao mundo latino-americano.

A perspectiva de Ricardo Levene

A defesa da herança espanhola na história argentina, realizada ao longo de toda a trajetória intelectual de Levene, manifestou-se tanto nos seus livros quanto nas iniciativas por ele desenvolvidas no campo cultural⁶. A perspectiva hispanista foi alimentada pela colaboração acadêmica e a amizade que manteve com Rafael Altamira desde pelo menos 1919, quando Levene enviou-lhe o livro *Notas para el estudio del derecho indiano* (Levene, 1918). Em carta de agradecimento, o historiador espanhol afirmava ter ficado surpreso pela convergência entre a interpretação do livro e as lições de um curso sobre “instituições da América” que ministrara em Madrid. E afirmava compartilhar com Levene o objetivo de formar uma geração de pesquisadores em história americana com perspectiva científica, propondo que para isso estreitassem suas relações para realizar trabalhos conjuntos mediante, por exemplo, a comunicação sistemática dos resultados e o intercâmbio de alunos. Desde então, a amizade intelectual manteve-se por meio de uma constante correspondência que se estendeu até a morte de Altamira e da colaboração em pesquisas e publicações as mais variadas. Exemplo disso foi a participação de Altamira em obras dirigidas por Levene, como a coleção *História de la Nación Argentina* publicada pela Academia Nacional da História; e a publicação de livros de Altamira na Argentina, como *Análisis de la Recopilación de las Leyes de Indias de 1680*, editado pelo Instituto de História do Direito, do qual Levene era fundador.

Levene assumiu o posto de professor titular de sociologia da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires, em 1911, e desde então acumulou inúmer

⁶ Neste artigo, vamos nos restringir, e assim mesmo de modo pontual, à historiografia. A participação de Levene na difusão do hispano-americanismo em outros âmbitos da vida cultural argentina manifestou-se nas atividades promovidas pela Institución Cultural Española e pela Asociación Patriótica Española, ambas situadas em Buenos Aires.

ros cargos de docente, de direção universitária e em órgãos públicos os mais variados. Depois de fundar o Arquivo Histórico da Província de Buenos Aires, em 1926, dirigiu a Junta de História e Numismática Argentina e Americana (1927-1931 e 1934-1938), transformada em Academia Nacional de História, em 1938, graças ao seu prestígio intelectual e estreitas relações pessoais com o presidente da República. De 1938 até a sua morte em 1959, presidiu a referida Academia e durante o governo peronista, apesar de sua posição liberal, ocupou várias funções públicas relacionadas à área cultural. Em 1935, foi indicado para presidir a Comissão Americana de Revisão de Textos de História e Geografia e a Comissão Nacional de Museus, Monumentos e Lugares Históricos, além de ser nomeado para dirigir a elaboração de uma monumental história da nação argentina. O conjunto de postos que assumiu permite afirmar que foi o historiador mais influente junto aos governos entre os anos vinte e cinquenta, controlando a indicação de professores, realização de pesquisas, publicações, além de ser responsável por decisões concernentes à construção da memória coletiva (Rodríguez, 2001, p. 39-65). Nesse sentido, quando o livro *Las Indias no eran colonias* (Levene, 1973) veio a público, encontrava-se no auge de sua carreira.

Vejamos os argumentos subjacentes ao livro⁷. O seu objetivo era demonstrar que os territórios americanos conquistados pela Espanha não haviam sido submetidos a uma condição colonial, mas ao contrário, equiparavam-se legalmente ao *status* dos reinos peninsulares sob domínio da Coroa. Dentre os argumentos levantados, talvez o mais importante é que as *Leis de Recompilação das Índias de 1519 e 1520* nunca se referiam a *colônias*, mas estabeleciam expressamente que eram “províncias, reinos, senhorios, repúblicas ou territórios de ilhas e terra firme incorporados à Coroa” (Levene, 1973, p. 10-11). Tais leis afirmavam a igualdade jurídica entre os reinos de Castela e Leão e as Índias, assim como entre os seus conselhos governamentais; assinalavam a igualdade de “raças”, permitindo o casamento entre espanhóis e indígenas; e determinavam que, nas novas capitulações, a palavra “conquista” fosse abolida e que, em seu lugar, fossem empregadas as de “pacificação e povoamento”. Baseado em tais elementos, o próprio Levene considera mais apropriado referir-se à “pacificação das Índias” do que à sua conquista.

O esforço de Levene concentra-se sobretudo em reafirmar e exaltar da legislação instaurada pela coroa do

que em realizar uma análise crítica dessa fonte documental. Para reforçar seu argumento evoca uma afirmação de Lopez de Gómara: “A maior coisa depois da criação do mundo, tirando a encarnação e morte do seu criador, é a descoberta da América”. Segundo Levene, tratava-se uma frase feliz, que ele completaria do seguinte modo: “[...] é o descobrimento e a Legislação das Índias” (Levene, 1973, p. 24). Ao longo dos capítulos apresenta um conjunto de juristas e autoridades que escreveram sobre os domínios ultramarinos, argumentando que mesmo quando utilizavam a expressão *colônia*, não era esse o sentido real contido nos textos⁸. Na mesma direção, assinala que em 1809 a Junta Suprema de Sevilha, em nome de Fernando VII, emitira um decreto reconhecendo que os domínios das Índias não eram propriamente colônias ou feitorias como as das outras nações, mas uma parte integrante e essencial da monarquia espanhola (Levene, 1973, p. 118).

Por fim, o último capítulo porta o curioso título de “Espanña ha fundado en América naciones para la independencia y la libertad”. Diante do problema de como considerar o processo de independência dentro do quadro idealizado da sujeição à metrópole, apresenta textualmente a seguinte tese: “que a Espanha teria criado na América sociedades que levavam em seu seio o germe inevitável da futura emancipação”. E acrescenta que “forças históricas da época hispânica criaram a nossa soberania política e a nossa vocação pela independência contra todo poder estranho” (Levene, 1973, p. 148). Defende essa tese argumentando o *caráter popular* da colonização, na qual fora importante o papel da iniciativa privada e individual. Sustenta que no Rio da Prata não houve conquista, mas colonização: “fomos desde as origens a expressão mais enérgica dessa democracia” (Levene, 1973, p. 143). De tal modo que a revolução de independência deve ser entendida como o *desdobramento* de uma sorte de *cultura democrática* gerada durante o domínio espanhol. Outro argumento em favor dessa tese é que as idéias em prol da independência eram *exclusivamente* de origem hispânica, apartadas portanto de influências francesas e norte-americanas. O exercício do poder pelas Juntas de Governo consistia em um exercício previsto na tradição política espanhola, ou seja, a reversão do poder real para o povo, uma vez que Fernando VII não podia exercê-lo em função do seu aprisionamento pelos franceses⁹.

⁷ A primeira edição do livro é de 1951, com uma segunda edição em 1952, ambas pela editora Espasa-Calpe. Neste artigo utilizamos a terceira edição publicada pela mesma editora.

⁸ Refere-se ao Conde de Aranda, Campomanes, Floridablanca, José Galvez, Miguel Lastarria e Victoriano de Villalba (Levene, 1973, p. 115).

⁹ A teoria do caráter popular das lutas de independência havia sido primeiramente formulada em seu livro *Los orígenes de la democracia Argentina* (Levene, 1911). No entanto, nesse livro enfatizava mais o caráter rioplatense da cultura política revolucionária do que a herança espanhola. Vale a pena comparar a interpretação de 1951 com a do manual escolar que ele escreveu em 1912, *Lecciones de Historia Argentina*, pois ali já estavam afiguradas algumas teses desenvolvidas posteriormente. No manual, assinalava que a Argentina tivera colonização, mas não conquista, diante da falta de minas e escassez de índios, e que os espanhóis teriam desenvolvido as instituições municipais e contribuído para forjar a índole guerreira dos argentinos. A síntese de tais elementos constituiriam o fundamento real do movimento de independência, cuja tendência pré-existia às invasões inglesas ao Rio da Prata. Nesse sentido, considerava errôneo afirmar que o ponto de partida do movimento de independência tinham sido tais invasões, pois elas apenas teriam acelerado um movimento pré-existente. Para uma análise de *Leciones de Historia Argentina* no contexto dos manuais escolares argentinos, ver o excelente trabalho de Stella Maris Scatena Franco (Franco, 2003).

Em resumo, a sua tese da independência da América constituía a coroação dos seus argumentos para provar o carácter benigno da ação da Espanha sobre a América, pois permitia mostrar que a emancipação se inscrevia na própria lógica do domínio espanhol, uma vez que expressava o desenvolvimento de um povo que, ao amadurecer, podia abandonar a tutela paterna; e, sobretudo, que a independência comportava uma continuidade histórica e uma unidade civilizatória entre os dois lados, cuja consagração no campo da historiografia argentina se encarnava no próprio livro de Levene.

Quais relações podem ser estabelecidas entre as interpretações de Altamira e Levene? São evidentes algumas notáveis convergências. É comum a visão positiva do papel dos reis católicos na consolidação da unidade ibérica e da conquista e colonização da América, a crença nas qualidades superiores da civilização espanhola, a centralidade desempenhada pelo catolicismo, o elogio à rainha Isabel por sua visão política e pela criação de uma legislação humanista em relação aos indígenas.

Por sua vez, enquanto a violência da conquista é minimizada por Altamira, ela é completamente ignorada por Levene. Nenhum dos dois praticamente leva em consideração os inúmeros povos e culturas da América – para não falar dos escravos de origem africana – seus traços, diferenças, contribuições, conflitos e mesclas. De tal modo que ao leitor a história americana se afigura como processo de aquisição unilateral do patrimônio político, religioso e cultural espanhol. Nos dois historiadores, evidenciavam-se posições etnocêntricas, embora isso seja mais explicável em Altamira, quer por ser espanhol quer pela geração intelectual em que estava inserido, do que em Levene, que, além de ser americano de nascimento, publicou o livro num contexto mundial de contestação do colonialismo.

O livro possuía uma composição eclética, integrada por materiais preparados originalmente para fins diversos, cujo teor ia além do meramente académico. Exemplo disso foi a inclusão de dois discursos de Levene que, sem agregar nenhum elemento de valor historiográfico, buscavam legitimar politicamente o ideário hispanista. O primeiro discurso fora realizado na inauguração do monumento de *El Cid Campeador*, na cidade de Buenos Aires, em 1935, quando, diante de inúmeras autoridades, manifestou que “la hispanidad no es forma que cambia ni materia que muere, sino es espíritu que renace y es valor de eternidad: mundo moral que aumenta de volumen y que se extiende con las edades, sector del universo en que sus hombres se sienten unidos por los lazos del idioma y de la historia que es el pasado y aspiran a ser solidarios en los ideales comunes a realizar, que es el porvenir” (Levene, 1973, p. 124). Por sua vez, no capítulo XII, transcrevia o discurso

que realizara ao ser homenageado pela Instituição Cultural Espanhola de Buenos Aires, em dezembro de 1947: “Es de infinitas proyecciones la idea luminosa, conforme a la cual, la Historia de España y la Historia Argentina social y heroica, es una sola, que tienen al pueblo por sujeto activo y creador” (Levene, 1973, p. 149-151). Conclamando a união das inteligências da Espanha e da Argentina, lembrava o carácter pacificador e povoador da Espanha na América, as glórias da história espanhola, a herança deixada por El Cid e Cervantes, ao mesmo tempo em que criticava o materialismo histórico em nome dos “valores do espírito” e da “civilização cristã”. Em seu conjunto, era uma visão que ao acentuar aspectos como a eternidade da essência hispânica, a dimensão moral, o catolicismo, evidenciava como Levene articulava sua posição política liberal à adoção de representações de teor conservador.

O que desperta a atenção no livro de Levene não é apenas o conteúdo de sua interpretação, que subvertia o cânone anti-hispanista consagrado pela geração de intelectuais e historiadores liberais do século XIX. São igualmente dignos de nota o esforço em afirmar publicamente sua defesa da herança espanhola e as circunstâncias em que sua interpretação histórica foi transformada no novo cânone da Academia Nacional de História, instituição da qual ele era presidente.

Na parte final da obra, o autor incluiu uma declaração da Academia a respeito da supressão da expressão “colonial” nos estudos sobre história Argentina (Levene, 1973, p. 153-156). Em outubro de 1948 foi discutido o projeto de Levene para que a Academia aprovasse uma nova orientação de redação de manuais e livros académicos de história argentina no sentido da substituição da expressão “período colonial” por “período da dominação e civilização espanhola”. Segundo o texto, a maioria das manifestações de associados mostrou-se favorável ao projeto, com a exceção de Emilio Ravignani, que argumentou considerar a denominação “época colonial” como a mais correta. Ao final, o projeto foi votado e aprovado. Também foi aprovada uma recomendação para os autores de obras – de pesquisa, síntese ou textos escolares – de História Argentina e da América, sugerindo a substituição da expressão “período colonial” por “período da dominação e civilização espanhola”.

Curiosamente, tais posições convergiam com as então defendidas pelos nacionalistas de direita, quer pelo viés hispanista, quer pelo apego à tradição, ou então pelo antimaterialismo e a defesa do cristianismo. No final dos anos vinte, os nacionalistas se empenharam pela instauração de uma ordem política autoritária que resgataria a Argentina do domínio de supostas forças políticas e económicas antinacionais. Boa parte dessa luta travou-se no plano intelectual por meio de uma

variada gama de jornais, revistas e livros, em que a interpretação do passado desempenhou papel central mediante o questionamento da hegemonia da visão histórica liberal. Em 1938, os nacionalistas, tendo à frente Julio Irazusta e Ernesto Palácio entre outros, criaram o Instituto Juan Manuel de Rosas, sorte de trincheira intelectual para a elaboração de uma contra-história que pudesse fundamentar a causa pela regeneração do país. Em poucas palavras, escreveram uma história escrita de forma instrumental para atender às questões do presente que se limitou a inverter os termos da interpretação convencional mediante a exaltação dos adversários do liberalismo e a detração dos seus heróis de forma articulada à criação de um inimigo mítico – a oligarquia – e a incorporação da visão hispanista de Menéndez y Pelayo. Ernesto Palácio, autor de *La Historia falsificada*, contribuiu para desenvolver o mito das origens da história argentina, segundo o qual o destino da nacionalidade dependia da retomada dos princípios e das marcas deixadas pelos conquistadores. Para ele, o espírito hispânico colonial fez com que os argentinos fossem essencialmente espanhóis da América, representando um prolongamento da metrópole no Rio da Prata: “Nuestra verdadera tradición, nuestra historia, es la de España, por medio de los conquistadores, que continúan viviendo en nosotros” (Palácio, 1939, p. 62-65).

A repercussão da tese

Tanto a nova orientação aprovada pela Academia Nacional de História quanto o livro de Levene despertaram reações opostas que mostravam quanto o assunto era polêmico historiográfica e politicamente. O jornal *La Prensa* condenou o projeto da Academia por entender que a Espanha apenas havia trazido à América o “obscurantismo, o despotismo, a miséria, o monopólio mercantil e a ignorância”. Em resposta, o jornal *Nuevo Correo* (*Nuevo Correo*, 1948) ratificou os pontos de vista de Levene, asseverando que sua iniciativa havia despertado na redação do *La Prensa* uma “viva reação de furor” que expressava o “rancor anti-espanhol dos seus editorialistas”. Em uma desqualificação típica dos partidários do regime peronista, concluía que jornais como esse poderiam ser chamados de “periódicos coloniais” cujo “caixa forte estava nas mãos do capitalismo forâneo”. Apesar disso, a tendência da imprensa foi de

apoio ao projeto, quer em função das pressões do ambiente político ou do prestígio da Academia e do seu presidente. Por exemplo, a iniciativa foi acolhida com grandes elogios pela revista *Hispania* (*Hispania*, 1948), publicada, em Buenos Aires, pela Associação Patriótica Espanhola, e diversos artigos foram publicados na imprensa por Levene (Levene, 1948) e outros autores em defesa do conteúdo do projeto, inclusive no próprio *La Prensa* (Madariaga, 1949).

No entanto, a acolhida positiva não foi acompanhada por Rafael Altamira, o qual continuou empregando as palavras “colônia e colonização”, inclusive num dicionário publicado em 1951 (Altamira, 1951, p. 66-68). Embora o historiador espanhol reconhecesse a dimensão jurídico-política da abordagem de Levene, sustentava por outro lado que a metrópole tinha efetivamente realizado uma colonização, alertando para não se confundir a denominação territorial (Províncias, Domínios, Reinos) com o processo de colonização, ou, em outros termos, forma e conteúdo. Altamira recusava, portanto, um enfoque estritamente jurídico para explicar a realidade americana que desconsiderasse os demais aspectos das relações que vinculavam a metrópole aos domínios ultramarinos.

O assunto ganhou novamente a atenção da imprensa quando o livro de Levene foi publicado (*La Nación*, 1951; *Clarín*, 1951; *Hispania*, 1951; *Los Andes*, 1951)¹⁰. No diário espanhol *ABC*, uma resenha extremamente elogiosa assinalava que “la idea de que las Indias no eran colonias es tanto un punto de llegada como un punto de partida para la comprensión de la historia hispano-americana” (*ABC*, 1952). Além disso, Levene recebeu diversas congratulações, como a do embaixador espanhol na Argentina¹¹ e do historiador chileno Jayme Eyzaguirre. Conhecido por suas posições hispanistas e conservadoras, Eyzaguirre se comprazia pela convergência de Levene com a interpretação que vinha sustentando em seus cursos universitários, no Chile¹².

Ao lado das avaliações positivas, certas matérias emitiram juízos críticos, a exemplo de Fermín Chavez, que apontava a contradição da interpretação, pois ela admitia que a Espanha assegurara a dependência dos seus domínios, porém retendo o direito de fazer as leis, impor tributos e nomear funcionários. Apesar disso, o jovem intelectual peronista manifestava a satisfação que o livro representava para aqueles que pertenciam a uma corrente e a uma geração que havia vinte anos lutava por uma

¹⁰ O Arquivo Ricardo Levene possui uma pasta com matérias e cartas recebidas pelo autor referentes ao livro, o que nos permite uma boa aproximação à repercussão da publicação.

¹¹ Carta do embaixador E. de Navasqués, de 01/01/1952.

¹² Carta de Jayme Eyzaguirre, de 09/08/1952.

maior justiça em relação à Espanha e pelo esclarecimento dos problemas colocados pelo historicismo antiespanhol, numa direta referência ao revisionismo histórico. Com ironia, aprovava o “progresso” historiográfico de Levene, assim como a sua aproximação a ideologias que repudiava até então: “Esta condición hace al volumen más (que) meritório” (Chávez, 1952).

Com outro sentido, o historiador espanhol Miguel Artola publicou uma resenha crítica em que cobrava uma análise comparativa com outros sistemas de colonização e lamentava o apego ao aspecto nominal do problema, formulado em torno da ausência dos termos colônia e colonial nas fontes utilizadas por Levene (Artola, 1952). Entretanto, uma das críticas mais severas proveio do próprio campo de argumentação de Levene, o direito, em resenha veiculada no diário *Jurisprudencia Argentina* (Grau, 1952). O resenhista denunciava a fragilidade dos argumentos do livro em vista do formalismo da sua tese, não correspondente às práticas históricas. Citando os especialistas espanhóis do direito administrativo e as práticas romanas de colonização, alegava haver no direito indiano uma confusão semântica em torno do conceito de “província”, da qual Levene havia tirado proveito a seu favor ao omitir que a confusão havia sido corrigida na reorganização administrativa promovida no reinado de Carlos III, quando as terras americanas passaram a ser denominadas oficialmente como “colônias”.

A repercussão do assunto evidenciava quanto o papel da Espanha na história argentina dividia opiniões políticas e historiográficas de um modo tal que, longe de ser encerrado, manteve-se de forma latente nos anos seguintes. O historiador Enrique de Gandía recolocou o problema na apresentação da terceira edição da *História de la Nación Argentina* (Gandía, 1964, p. XCVI-XCVIII), obra monumental patrocinada pela Academia Nacional de História e escrita por renomados historiadores sob a direção de Levene. Ao fazer um balanço da trajetória da Academia, Gandía lembrava como o tema sobre o caráter colonial das Índias suscitara eruditas discussões entre seus membros e manifestava a sua posição pessoal contrária à tese de Levene, sustentada em estudo anteriormente publicado. Não era pouco, em vista de Gandía introduzir uma obra que representava um cânone da historiografia argentina. Ao relembrar a discordância entre Levene e Emilio Ravignani, assinalava não ter participado das discussões, alegando que pouco antes se demitira das funções da Secretaria da Academia, ausentando-se das sessões posteriores. Desse modo, Gandía descomprometia-se com a tese de Levene (falecido em 1959) e, ao mesmo tempo, sinalizava um distanciamento da Academia em relação à posição dos anos precedentes.

Considerações finais

O exame das representações construídas sobre as relações entre a Espanha e a América pelos autores discutidos neste artigo evidencia que certas correntes intelectuais e historiográficas dos dois lados do Atlântico se desenvolveram de forma conjugada à trajetória do ideário hispano-americanista. Tanto na Espanha quanto na Argentina, historiadores vinculados a diferentes correntes ideológicas revalorizaram o legado hispânico na história americana para explicar a peculiaridade de certos laços, o papel dos grandes personagens, a função do catolicismo, o lugar dos índios e o papel “civilizador” dos europeus, deixando pouco ou nenhum comentário crítico às modalidades de dominação política, sujeição social e exploração econômica coloniais.

A convergência de diferentes filiações políticas em favor da valorização do legado espanhol coloca em questão a tendência a associar tal atitude, exclusiva ou preponderantemente, aos nacionalistas de direita (Navarro Gerassi, 1968; Buchrucker, 1987). A partir do final do século XIX, a reaproximação entre a Espanha e a Argentina foi impulsionada, do lado argentino, por meio da ação da imprensa, de intelectuais e das autoridades governamentais. No âmbito historiográfico, a reavaliação positiva da herança espanhola foi empreendida tanto por historiadores profissionais como Rómulo Carbia, que se empenhou em criticar a lenda negra, quanto por outras figuras vinculadas à Academia Nacional de História. Inseridas num contexto mais amplo de mudança da imagem da Espanha na sociedade argentina, as posições sustentadas por um intelectual de grande prestígio como Levene desempenharam um importante papel na reavaliação positiva da Espanha tanto no campo cultural quanto na historiografia; e consagrava a mudança de percepção em relação à tradição hispânica, processo que remontava ao final do século XIX e que se desenvolveu vigorosamente durante o século XX. Nesse quadro, as iniciativas de Levene aqui examinadas não constituíram uma ruptura, mas o desdobramento das suas posições hispanistas prévias dentro de um novo contexto político, o peronismo.

Estudos recentes mostram que, embora o hispano-americanismo tenha sido compartilhado por governos anteriores ao peronismo (González de Oleaga, 2001), durante esse regime político tal ideário ganhou novo prestígio. A tradição hispânica foi revalorizada e desempenhou papel central na elaboração dos símbolos e mitos pátrios da ideologia peronista. Exemplo disso foram as palavras de Perón na Academia Argentina de Letras por ocasião do quarto centenário do nascimento de Miguel de Cervantes: “La historia, la religión y el

idioma nos situán en el mapa de la cultura occidental y latina, a través de su vertiente hispánica, en la que el heroísmo y la nobleza, el ascetismo y la espiritualidad alcanzan sus más sublimes proporciones” (Rodríguez, 2001, p. 56). Nesse sentido, a pesquisa corrobora a tese da historiadora Martha Rodriguez, em relação à grande convergência entre a posição de Levene – e de resto da Academia Nacional de História – e a posição do governo peronista sobre as origens históricas e culturais hispânicas do país. Por outro lado, a filiação à tradição hispânica tornou-se o eixo da política externa peronista de aproximação com a Espanha e os países da América Latina, num contexto de isolamento internacional da Argentina. Politicamente, esse movimento em direção ao hispano-americanismo revestiu-se de um caráter marcadamente conservador, alimentando o poder dos quadros provenientes do nacionalismo de direita.

Em meio às profundas alterações que o peronismo produziu nos quadros da burocracia estatal, em que a demissão por divergências com o grupo dirigente tornara-se corrente, Levene conseguiu manter seus postos no governo apesar de não professar o peronismo. Graças ao seu prestígio acadêmico e à sua atitude conciliadora e pragmática, conservou seus cargos na universidade e na Província de Buenos Aires, conseguindo, além disso, ser enviado como representante do poder público a inúmeras reuniões e congressos no país e no exterior. Para o governo, também convinha ter a seu lado figuras de grande prestígio no âmbito cultural como Levene, pois, carente de apoios no meio intelectual, visava mostrar que existiam canais abertos para o diálogo com os não-peronistas.

É possível entender as posições extremas de Levene em defesa da herança espanhola não somente como o resultado de uma antiga convicção acadêmica, mas também como uma estratégia de preservação do seu poder institucional num contexto em que este se encontrava abalado pelo ingresso de novos personagens na disputa por espaços de poder junto ao aparelho de Estado, sobretudo em posições relativas aos campos cultural, educacional e historiográfico. Uma das principais ameaças era representada pelos nacionalistas de direita, cujas interpretações revisionistas convergiam com o apoio ao peronismo e ameaçavam as posições de Levene e da Academia Nacional de História. Nesse sentido é que a publicação de *Las Indias no eran colonias* deve ser entendida tanto como a afirmação de uma posição historiográfica como de reação ao avanço dos nacionalistas naquela conjuntura histórica.

Referências

- ALTAMIRA, R. 1891. *La enseñanza de la historia*. Madrid, Fortanet, 278 p.
- ALTAMIRA, R. 1902. *Psicología del pueblo español*. Barcelona, Antonio Lopez, 209 p.
- ALTAMIRA, R. 1908. *España en América*. Valencia, Sampere, 374 p.
- ALTAMIRA, R. 1931. *Histoire d'Espagne*. Paris, Armand Colin, 222 p.
- ALTAMIRA, R. 1934. *Manual de Historia de España*. Madrid, Aguilar, 620 p.
- ALTAMIRA, R. 1951. *Diccionario castellano de palabras jurídicas y técnicas tomadas de la legislación indiana*. México, Tall. de la Ed. Cultura, 394 p.
- ALTAMIRA, R. 1900-1914. *Historia de España y de la civilización española*. Barcelona, Juan Pili, 4 vols.
- ARTOLA, M. 1952. Nota bibliográfica. *Revista de Índias*, 49:601-603.
- BUCHRUCKER, C. 1987. *Nacionalismo y peronismo: la Argentina en la crisis ideológica mundial (1927-1955)*. Buenos Aires, Sudamericana, 410 p.
- CHÁVEZ, F. 1952. Las Indias no eran colonias. *Dinámica Social*, 19, maio.
- FORMENTIN IBÁÑEZ Y VILLEGAS, M.J. 1992. *Relaciones culturales entre España y América*. Madrid, MAPFRE, 359 p.
- FOX, I. 1998. *La invención de España*. Madrid, Cátedra, 224 p.
- FRANCO, S.M.S. 2003. *Luzes e sombras na construção da nação argentina: os manuais de história nacional (1868-1912)*. Bragança Paulista, Editora da Universidade São Francisco, 170 p.
- GANDIA, E. de. 1964. El Plan Orgánico de la Historia de la Nación Argentina. In: R. LEVENE (dir.), *Historia de la Nación Argentina: desde los orígenes hasta la organización definitiva en 1862*. 3ª ed., Buenos Aires, El Ateneo, p. XXIX-CVI.
- GÓMEZ-ESCALONILLA, L.D.; GONZÁLEZ CALLEJA, E. 1991. Identidad nacional y proyección transatlántica: América Latina en clave española. *Nuova Rivista Storica*, 75(II):266-302.
- GONZALEZ DE OLEAGA, M. 2001. *El doble juego de la hispanidad: España y Argentina durante la Segunda Guerra Mundial*. Madrid, UNED, 327 p.
- GRAU, A.E. 1952. Las Indias no eran colonias. *Jurisprudencia Argentina*, 5123, 31 out.
- JUNCO, J.A. 2001. La difícil nacionalización de la derecha española en la primera mitad del siglo XIX. *Hispania: Revista Española de Historia*, 61(3):831-858.
- LEVENE, R. 1911. *Los orígenes de la democracia argentina*. Buenos Aires, Lajouane & Cia, 254 p.
- LEVENE, R. 1918. *Notas para el estudio del derecho indiano*. Buenos Aires, Imp. y Casa Editora Coni, 131 p.
- LEVENE, R. 1948. Período hispánico, no período colonial. *Cartel – Crónica Semanal de Todo el Mundo*, 03 dez.
- LEVENE, R. 1973. *Las Indias no eran colonias*. Madrid, Espasa-Calpe, 156 p.
- MADARIAGA, S. 1949. Lo colonial y lo hispánico. *La Prensa*, 02 jan.
- NAVARRO GERASSI, M. 1968. *Los nacionalistas*. Buenos Aires, Peña Lillo, 203 p.
- NIÑO RODRIGUEZ, A. 1987. L'expansion culturelle espagnole en Amerique hispanique (1898-1936). *Relations Internationales*, 50:197-213.
- PALÁCIO, E. 1939. *La historia falsificada*. Buenos Aires, Difusión, 203 p.
- PEREZ MONFORT, R. 1992. *Hispanismo y Falange: los sueños imperiales de la derecha española*. México, F.C.E., 204 p.

- RAMA, C. 1982. *Historia de las relaciones culturales entre España y la América Latina: Siglo XIX*. México, F.C.E., 350 p.
- RODRIGUEZ, M. 2001. Cultura y educación bajo el primer peronismo: el derrotero académico institucional de Ricardo Levene, In: N. PAGANO y RODRÍGUEZ (comp.), *Historiografía rioplatense en la Posguerra*. Buenos Aires, La Colmena, p. 39-65.
- TREBITSCH, M. 1998. L'histoire comparée des intellectuels como histoire expérimentale. In: M. TREBITSCH; M.C. GRANJON (orgs.), *Pour une histoire comparée des intellectuels*. Bruxelles, Complexe, p. 61-78.
- VELÉZ, P. 2007. *La historiografía americanista en España*. Madrid, Iberoamericana, 453 p.

Fontes Primárias

- ABC. 1952. Resenha. 13 jul.
- CLARÍN. 1951. 07 out.
- HISPANIA. 1948. Una acertada iniciativa de la Academia Nacional de la Historia. Buenos Aires, 237, outubro.
- HISPANIA. 1951. Buenos Aires, 267, outubro.
- LA NACIÓN. 1951. 07 out.
- LOS ANDES. 1951. 01 dez.
- NUEVO CORREO. 1948. Lo colonial y lo hispánico, 30 out.

Submetido em: 04/09/2008

Aceito em: 08/10/2008